

UM HAYDEN WHITE EXISTENCIALISTA: POR UMA HISTORIOGRAFIA DA LIBERTAÇÃO.

João Rodolfo Munhoz Ohara¹

ohara.hal@gmail.com

Universidade Estadual Paulista – Unesp/Assis

Resenha de PAUL, Herman. *Hayden White: the historical imagination*. Cambridge: Polity Press, 2011.

Herman Paul oferece aos historiadores uma ótima introdução à obra de Hayden White, uma das figuras (se não a figura) mais controversas da teoria da história nas últimas décadas. O leitor acostumado às estorinhas de monstros e fadas propagadas por comentadores descuidados pode vir a estranhar o White apresentado por Paul. Ainda, como bem coloca o professor Pedro Caldas, “É pouco usual um livro ser capaz de aprofundar um tema considerado por muitos já suficientemente discutido e até mesmo esgotado e, ainda por cima, fazê-lo com uma linguagem acessível.” (CALDAS, 2013, p. 273) Talvez a impressão de que os problemas colocados por White, ou mesmo a discussão de sua obra, estejam cansados se deva à intensa repetição dos cantos de lamento ou júbilo em torno dos temas “relativismo”, “narrativismo” e outros “ismos”. E talvez seja por isso que o livro de Paul se destaque e traga novos ares à discussão.

A tese central do livro é a de que “As ideias de White sobre história e conhecimento histórico só se juntam e se organizam se forem relacionadas à sua questão central: como viver uma vida moralmente responsável em um mundo completamente histórico?” (PAUL, 2011, p. 12) Neste sentido, embora admita que a caracterização de White como um “narrativista” seja plausível (ibid., p. 10), Paul está mais ocupado em entender como a abordagem do historiador americano se relaciona com a preocupação existencialista que atravessa sua obra. Para realizar tal tarefa, organiza seu texto em seis capítulos (mais introdução e epílogo), ordenados de maneira relativamente cronológica em relação à publicação dos trabalhos de White. Farei um breve apanhado do conteúdo dos textos e em seguida tecerei alguns comentários.

¹ Bolsista Fapesp, processo nº 2013/16289-0.

No primeiro capítulo, “Historicismo Humanista: o White italiano”, Paul narra a jornada do jovem White em suas passagens pela Itália durante e após a confecção de sua tese sobre o Cisma Papal de 1130, e apresenta a relação do então estudante com autores diversos, e em especial Max Weber e Benedetto Croce: “Ambos, Weber e Croce, ademais, ajudaram White a conceber a história não como um resultado de poderes impessoais ou circunstâncias fortuitas, mas “como um produto da inteligência e vontade humanas.”” (ibid., p. 32) Essa crença na capacidade criadora do indivíduo será central no restante da obra de White – e, por conseguinte, no livro.

O segundo capítulo, “Historiografia da Libertação: a política da história”, retrata um White engajado em lutas políticas de seu tempo – engajamento que encontrou expressão em textos como “The Burden of History”, “Tasks of Intellectual Historian” e “Politics of Contemporary Philosophy of History”. Durante o período coberto pelo capítulo, White formula seu ataque incisivo ao que considerava como a crescente irrelevância cultural da historiografia disciplinada (ibid., p. 37) e enfrenta o problema da relação entre as pessoas e suas tradições (ibid., p. 42).

“A Imaginação Histórica: quatro modos de realismo”, o terceiro capítulo, aborda finalmente a publicação de *Metahistory*, o tão famoso livro de 1973. Aqui Paul enfrenta mais diretamente algumas (des)leituras comuns com afirmações fortes, como “Apesar das insinuações de alguns críticos, [a entrada do historiador no reino do “mito”] não significava dizer que os historiadores, uma vez libertos da ironia, estão justificados em dizer sobre o passado o que quer que desejem.” (ibid., p. 68), ou então

Contrário ao que é frequentemente dito, então, o aparato conceitual desenvolvido em *Metahistory* não visava analisar narrativas históricas. As quatro categorias analíticas empregadas no livro – tropos, enredos, argumentos e ideologias – não eram dimensões dos textos escritos dos historiadores, mas aspectos dos modos de realismo “metahistóricos” subjacentes a tais formas textuais de representação histórica (ibid., p. 73)

A seguir, em “O Poder do Discurso: a aventura estruturalista de White”, o leitor acompanha a tensão criada no período em que White se aproximou de autores considerados “estruturalistas”, colocando à prova seu humanismo radical. Novamente o autor faz suas correções ao que percebe como problemas de interpretação de alguns comentadores: “Apesar de algumas acusações do contrário, [White] não advogou por um simples “diga o que quiser”. Porque só se pode dizer algo na linguagem, a pluralidade do discurso histórico é limitada aos quatro principais modos de linguagem.” (ibid., p. 98)

“Máscaras de Sentido: encarando o sublime” é o quinto capítulo do livro, no qual Paul mostra com habilidade que, diferentemente dos argumentos epistemológicos de Frank Ankersmit e Louis Mink, o anti-realismo de White tem seus fundamentos em argumentos morais e políticos. Discute também as objeções de Roger Chartier, Carlo Ginzburg e Dirk Moses com relação à possibilidade de que os argumentos anti-realistas de White sejam apropriados por causas menos nobres do que as visadas pelo humanismo libertário de White.

Por fim, em “Figurando a História: o White modernista”, o autor aborda os escritos mais recentes de White, alguns ainda inéditos, mostrando com maestria que, para além do rótulo vazio e esgarçado do “pós-modernismo”, é o modernismo que inspira White em sua busca por modos de representação mais adequados à sua compreensão de passado. Neste sentido, fica fácil perceber o pouco interesse de White e de outros teóricos pelos escritos de historiadores: é “fora da história” que surgem as melhores ferramentas para lidar com os eventos-limite levados a cabo no século XX.

Um epílogo de breves duas páginas ainda consegue arrematar a leitura desse belo livro. Dela, o destaque vai para a citação de David Harlan, na qual Paul enxerga alguma sabedoria: estaríamos tão livres para quebrar a “jaula irônica” e representar o passado de outras maneiras quanto espera White? Talvez tanto quanto “o melancólico pode fazer seu caminho de saída da depressão” (ibid., p. 152)

Mas o que significa deslocar o eixo de leitura da obra de White do que se convencionou chamar de “narrativismo” para uma leitura existencialista? Em primeiro lugar, significa perceber que o objetivo de White não é declarar a morte da historiografia profissional, nem retomar uma antiga disputa em torno da capacidade de representar o mundo. Essas duas questões são apenas tangenciais. Com seu existencialismo, White se dirige a uma questão diferente – mais próxima dos problemas levantados pela Segunda Intempestiva de Nietzsche: quais as utilidades e desvantagens da história “für des Leben”? É impossível responder essa pergunta de maneira ao mesmo tempo breve e cuidadosa – e a longa jornada de White é representativa dessa dificuldade. Mas se é possível resumir alguma coisa, diríamos o seguinte: para White é só o “passado prático” que pode se oferecer ao presente. Esse passado imperfeito, subjetivo, que se nos dá a nos auxiliar em nossa busca pela resposta à eterna dúvida kantiana sobre “o que fazer”. O “passado histórico”, cientificado, aquele dos historiadores, que nos acostumamos a

estudar “tal como aconteceu”, está fadado a ser apenas objeto de nossa fruição cognitiva. (WHITE, 2010) É com essas respostas que White caminha mais em direção à literatura de testemunho e aos romances modernistas do que à historiografia profissionalizada.

Além disso, deslocar o eixo de leitura faz com que o tipo de reação à leitura seja outro. Neste sentido, assim como com Michel de Certeau, a busca é por formas de se relacionar com esse Outro, passado, que assombra o presente. Para Certeau, certamente inspirado em Michelet, o passado assombra o presente na medida em que jamais seremos capazes de “dar conta” completamente daquilo que não é mais e dar voz a todos os mortos; em linguajar mais psicanalítico, Certeau vê o passado como aquilo que recalamos em nossa vivência presente, e que está fadado a retornar como fantasma. Para White, os termos são diferentes, mas a temática é próxima. Em seu humanismo voluntarista, aquilo que o preocupa é justamente que a tarefa de dar voz aos espectros do passado passa por critérios políticos, morais e estéticos – e é no indivíduo que está o fundamento da escolha desse passado, é no indivíduo que está a decisão sobre quais vozes ouvir e dar a ouvir. Neste sentido, a preocupação de Ginzburg e outros críticos é legítima: esse tipo de estratégia pode, sim, ser apropriada por grupos com objetivos menos nobres do que a libertação humanista visada por White. Mas na leitura que Paul faz – e na qual conduz o leitor – da obra de White, vê-se que esse risco é o preço a pagar pela possibilidade de elaborar um discurso libertário. Assim, seria melhor correr esse risco do que viver em um mundo no qual o sonho está excluído do real.

Não é de estranhar que White cause arrepios à guilda dos historiadores – da qual este autor que vos escreve também faz parte. Mas o próprio White percebeu que as chances de reorientar completamente toda uma disciplina são remotas. Então não há motivo para que os mais alérgicos se assustem; não está no horizonte uma “revolução Whiteana” – as representações do passado que interessam ao historiador e teórico americano estão em outros campos. Por outro lado, também não é possível dizer que a historiografia, ou, no mínimo, alguns setores dela, tenha passado incólume. Os problemas da narrativa, do passado sublime, dos “eventos modernistas”, entre tantos outros, já geraram e ainda geram vasta lista de pesquisas. Em um segundo nível, o próprio campo de reflexões sobre a teoria da história passa por um momento de efervescência, e não seria absurdo creditar a White ao menos parte desse crescimento. É a esse cenário que o livro de Herman Paul vem contribuir.

As reações ao livro foram majoritariamente positivas: nomes de peso como Sande Cohen (2012) e Paul Roth (2013) publicaram resenhas apontando os méritos e os problemas do livro, chegando a saldos bastante positivos. Para David Roberts (2013), no entanto, Paul é muito “deferente”, e por isso não consegue fornecer uma avaliação crítica da obra de White. De minha parte, considero que o livro executou bem a tarefa a que se propôs: mostrar que entre afirmações hiperbólicas e polêmicas, o interesse de White está menos nas questões ligadas ao que historiadores de pouco talento chamam de “pós-modernismo” do que na preocupação existencialista de “como viver uma vida moralmente responsável em um mundo histórico”.

Referências Bibliográficas

CALDAS, Pedro. Para além do giro linguístico: uma abordagem existencialista da obra de Hayden White. *História da Historiografia*. Ouro Preto, n. 11, p. 272-278, 2013.

COHEN, Sande. Herman Paul's Hayden White and the politics of professional historiography. *Rethinking History*. Londres, v. 16, n. 3, p. 443-458, 2012.

PAUL, Herman. *Hayden White: the historical imagination*. Cambridge; Malden: Polity Press, 2011.

_____. Hayden White: the making of a philosopher of history. *Journal of the Philosophy of History*. [N.L.], v. 5, n. 1, p. 131-145, 2011.

ROBERTS, David D. Possibilities in "a thoroughly historical world": missing Hayden White's missed connections. *History & Theory*. Middletown, v. 52, n. 2, p. 265-277, 2013.

ROTH, Paul A. Hayden White in Philosophical Perspective: review essay of Herman Paul's Hayden White: the Historical Imagination. *Philosophy of the Social Sciences*. Toronto, v. 44, n. 1, p. 102-111, 2013.

WHITE, Hayden. The Practical Past. *Historiein*. Atenas, v. 10, p. 10-19, 2010.